

---

# Uma Visão Marxiana do Estado, da Democracia e da Política Pública de Intervenção Urbana

---

Marconi Gomes da Silva<sup>1</sup>  
William Eufrásio Nunes Pereira<sup>2</sup>

## Resumo

A maior parte dos teóricos marxistas compreende o papel do estado como um instrumento de política pública que administra a sociedade. O Estado capitalista é constituído por instituições, cujos postos são ocupados por pessoas de diversos segmentos sociais, levando-os a atuar muitas vezes contraditoriamente aos interesses estatais ou da sociedade. A democracia tem ampliado seu papel e transformado as formas pelas quais os segmentos sócio-econômicos e políticos privilegiados intervêm no espaço urbano.

**Palavras-Chave:** Estado; Democracia; Política Pública; Marxismo.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia e aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (área de concentração: Desenvolvimento Regional) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: marconi.br@ufrnet.br.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia e aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (área de concentração: Desenvolvimento Regional) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: willa@ufrnet.br.

## INTRODUÇÃO

O debate sobre o Estado em Marx tem levado a um acentuado conflito acadêmico e político entre os pensadores marxistas e não marxistas. Da mesma forma, a questão da democracia se vincula ao debate sobre o espaço devido as concepções variadas sobre o Estado desenvolvidas por marxistas, marxianos e pseudomarxistas. Marx indiretamente contribuiu para esse debate ao não concluir seu projeto, deixando de discutir o Estado na profundidade que o mesmo queria. Afinal, constava no intuito de Marx, discutir n'Ó Capital a questão do estado capitalista. Esse debate seria travado na quarta parte d'Ó Capital que inicialmente estava pensada para ser seis livros. Fato que não ocorreu devido a sua morte, deixando a obra inacabada. No entanto, as contribuições inerentes as suas diversas obras gerou inúmeras concepções que se outorgam o conceito de marxista. Quanto a Democracia, não é desconhecido que no manifesto do partido marxista, Marx e Engels já preconizavam o apoio a todo movimento progressista, em especial os partidos de proletários. Entendiam que em determinados momentos históricos, esses partidos representavam um avanço na luta dos trabalhadores. Apoiavam, sem se furtar, as críticas necessárias ao avanço das conquistas do movimento trabalhista.

A ação do Estado na democracia burguesa, através de políticas públicas, passa a transformar o espaço, em especial o urbano. E essa transformação não é pacífica nem necessariamente volta-se integralmente ao benefício do capital, embora o faça prioritariamente. A tendência pró-capital é, em parte, revertida pela ação da classe trabalhadora, ou de segmentos dessa classe que se contrapõe diretamente ação do capital e do estado, quando esse assume o papel de comitê executivo de uma burguesia pseudo-democrática. O artigo procura discutir sucintamente a questão do Estado capitalista, das políticas públicas enquanto ação de um estado em uma democracia burguesa.

## UMA VISÃO MARXIANA DO ESTADO

Embora alguns pensadores, críticos (BOBBIO, 1979), digam que Marx não construiu uma Teoria do Estado, outros (HARVEY, 2005:79) expliquem que existia uma intenção e terceiros afirmem que se construiu uma análise concreta (FARIAS, 2000), não temos até o início do século XXI uma teoria plenamente e consensualmente aceita como teoria marxista do Estado. Porém, o fato da existência da fragmentação e a não conclusão dos escritos gerou inúmeras versões da teoria do Estado Capitalista no marxismo no século XX.

Althusser, Poulantzas, Miliband, Offe, Lefèbvre, Castells, Harvey, O'Connor, e diversos outros autores procuraram, a partir da contribuição inicial de Marx e Engels, construir uma noção marxista para o Estado capitalista. Segundo Harvey (2005:79), existia em Marx *“a intenção de escrever um tratado específico sobre o Estado”*, que não foi realizada, muito provavelmente, devido aos afazeres revolucionários e por uma morte precoce. Essas diversas visões enriquecem o paradigma marxista, pois enfatizam aspectos diferentes de um mesmo fenômeno. Essas versões se baseiam, normalmente, em alguns *“fundamentos”*, por vezes *“justificados”* por passagens do escritos de Marx.

Três são os fundamentos básicos das diversas construções teóricas sobre o Estado na vertente marxista. O primeiro consiste no fato de que Marx considerou as condições materiais da sociedade a base de sua estrutura social e da consciência humana. Essa concepção se funda no próprio método marxista, o materialismo histórico-dialético, que revirando de ponta-cabeça o método hegeliano, define a infraestrutura de produção como determinante das estruturas sócio-culturais, ou superestrutura. O segundo fundamento incide sobre a idéia de que o Estado não representa o bem-comum na sociedade, mas representa a expressão política da estrutura de classe dessa sociedade. Por fim, esse Estado Capitalista representa o braço repressivo da classe dominante na sociedade (CARNOY, 1994).

No que concerne à questão, a literatura marxiana sobre o Estado, embora rica de indicações, não é conclusiva e ensejou entre os pensadores marxistas ampla, diversificada e questionada contribuição científica que, longe de consenso, apresentam vertentes diferenciadas.

Não é intuito, nesse trabalho, discutir todas as ilações possíveis e pensáveis sobre o Estado, mas tão somente advogar por um conceito de Estado capitalista. Ou seja, não se pretende estender a análise às questões da destruição, substituição ou manutenção histórica do Estado no espaço. Ressalta-se que a concepção do conceito do Estado capitalista tem como objetivo favorecer a compreensão de como esse Estado está atuando contemporaneamente no espaço.

Alguns pensadores críticos, a exemplo Bobbio (1979), Poulantzas (1977 e 1978) e Leal (1996), preconizam a idéia de que Marx não construiu uma teoria do Estado, embora a explicação da não-construção diferencie-se entre esses autores. Outros, em especial Harvey (2005), Sweezy (1976) e Miliband (1972), explicam que existia uma intenção de elaborá-la, pelo menos como parte de um trabalho mais amplo, cuja primeira parte se constitui no primeiro volume de O Capital. Enquanto outros ainda afirmam que foi construída uma tese fundamental (GRUPPI, 1996) ou, mais enfaticamente, uma análise concreta (FARIAS, 2000). No entanto, uma constatação é possível, entre os marxistas e marxianos contemporâneos, o Estado é muito mais do que os aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1985).

Na concepção althusseriana, o Estado é uma máquina de reprodução social que habilita as classes dominantes a garantir sua dominação sobre a classe operária, e a ideologia assume papel importante nesse processo. Nas palavras de Althusser (1985:62) o *“Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes...assegurar sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia..”*. Essa visão permanece ainda hoje nos grupos radicais que não realizam uma leitura adequada de Marx.

Segundo Amaral Filho (2001) não há uma nova teoria do Estado que tenha sido elaborada no debate acadêmico ou na vivência empírica dos empresários fundada na nova economia regional, em outras palavras, podemos dizer que até o início do século XXI, não há uma única teoria, plenamente e consensualmente aceita como teoria marxista do Estado. Porém, o fato da existência da fragmentação e a não-conclusão dos escritos gerou inúmeras versões da teoria do Estado capitalista no marxismo no

século XX. Essas versões baseiam-se, normalmente, em alguns “fundamentos”, por vezes “justificados” por passagens nos escritos de Marx e Engels.

No prefácio da “Contribuição para a Crítica da Economia Política”, de 1859, Marx aponta, sucintamente, o fulcro de sua concepção sobre o Estado capitalista. Esses apontamentos derivam, como o mesmo o asseverou, de suas pesquisas, que lhe permitiram algumas conclusões. Dentre essas conclusões, afirmou que as relações jurídicas do sistema capitalista e, entre elas as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas. Portanto, necessitam para sua compreensão, da análise das condições materiais de sua existência, ou seja, para compreender-se toda a superestrutura criada e ampliada no capitalismo, é imperativo compreender-se o processo de produção social desse sistema ou, mais simplesmente, as relações sociais de produção. O próprio Marx ensinou que essa compreensão lhe permitia o “fio condutor” de suas análises posteriores. Nas palavras de Marx (1983, p.24):

...na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.

Marx procura assim demonstrar que não é simplesmente a vontade dos homens que fornece ao Estado sua estrutura. As relações sociais de produção ou, em outras palavras, todas as relações que se estabelecem no âmbito do processo de produção dos meios e condições para a vida humana, são que geram a superestrutura ou o arcabouço jurídico, político, cultural, ideológico da sociedade humana. O Estado, como uma estrutura jurídica, política e ideológica, é, assim, um produto resultante do desenvolvimento das relações sociais de produção. Com essa reflexão, nega Marx a concepção hegeliana do Estado criador da sociedade civil.

Nas diversas obras marxianas aparecem referências ao Estado. A que mais se tornou popular entre os estudiosos marxistas do Estado consiste no Manifesto Comunista. Elaborada conjuntamente com Engels serviu e continua servindo de fundamentação para a linha mais ortodoxa do pensamento marxista. Nela encontramos uma assertiva marxista muito utilizada pela ortodoxia, que define que o poder executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para dirigir os negócios comuns de toda a burguesia (MARX; ENGELS, 1980).

Outra obra bastante utilizada para fundamentar as teorias marxistas do Estado é a “Origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels, de 1884. Nela, Engels (1980) define o Estado capitalista como “um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento”. O Estado surge na sociedade e se afasta dela com a finalidade de intervir no conflito de classes. Essa intervenção não se dá com o intuito de arbitrar as diferenças entre as classes, mas sim de evitar que elas se destruam no conflito.

Explicitamente, Engels (1980, p.135) diz que:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; (...) É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Na conceituação de Engels devemos ressaltar a importância que o mesmo dá ao fato do Estado impor-se à sociedade, mas nascer dela própria, da incapacidade de conciliação entre as classes envolvidas em um conflito interno da sociedade. O Estado é o mecanismo criado pela própria sociedade para impedir sua própria destruição. Nessa pequena passagem do livro, Engels ensinou em alguns pensadores a visão de que o Estado é um instrumento de conciliação das classes, fato combatido por Lênin, como visão pequeno-burguesa e oportunista.

Dois traços característicos do Estado são apresentados por Engels. O primeiro consiste na reunião dos súditos do Estado de acordo com uma certa divisão territorial. O segundo consiste na instituição de uma força pública. Essas características geram implicações das quais, a criação do imposto é uma das mais relevantes, pois "recaem" sobre a população, principalmente sobre os trabalhadores. A força pública garante a exequibilidade na cobrança dos impostos e mantém a *pax romana*, garantido o distanciamento do Estado da sociedade que o criou.

Em sua análise do Estado, Engels aponta a república democrática como a mais elevada forma de Estado, e que, nas condições de sua época, estava se tornando uma necessidade iniludível, perspectiva que, atualmente, tornou-se imperiosa. Da mesma forma, o sufrágio universal é apontado como índice de amadurecimento da classe operária. Essas duas concepções de Engels foram também 'deturpadas', segundo Lênin, gerando uma série de vertentes políticas do encaminhamento das lutas operárias, seja pelos acadêmicos, ou sindicatos, ou partidos. A deturpação caminha sempre no sentido de amortecer o espírito revolucionário da classe proletária, levando-a a acordos e uniões que não contribuem para a revolução no pensamento leninista. Em síntese, a idéia de Engels é que, o Estado é o resultado e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. Afinal, o Estado surge quando a divisão social do trabalho e a propriedade privada já se desenvolveram a tal ponto que o conflito de classe emerge e se apresenta de forma inconciliável.

Além da obra de Engels, o "Manifesto Comunista", como já mencionado, constitui-se em outra obra importante para o desenvolvimento das visões marxistas do Estado. Com base nessas obras e em fragmentos de outras, pode-se dizer que os fundamentos básicos que sustentam os constructos teóricos sobre o Estado na visão marxista são três. O primeiro fundamento consiste no fato de que Marx considera as condições materiais da sociedade a base de sua estrutura social e da consciência humana. Essa concepção se funda no próprio método marxista, o materialismo

histórico-dialético, que revirando de ponta-cabeça o método hegeliano, define a infraestrutura de produção como determinante das estruturas sócio-culturais, ou superestrutura<sup>3</sup>. O segundo fundamento é a idéia de que o Estado não representa o bem-comum na sociedade, mas representa a expressão política da estrutura de classe dessa sociedade. Por fim, esse Estado Capitalista representa o braço repressivo da classe dominante na sociedade (CARNOY, 1994).

O debate marxista sobre o Estado inspira-se muito no Manifesto Comunista e na Origem da Família. No entanto, deve-se ressaltar que a análise do Estado, com base unicamente nesses textos, além de limitada, leva uma ortodoxia que nega o espírito evolutivo e revolucionário de Marx. Em diversas outras obras, a exemplo de O 18 Brumário e Crítica ao Programa de Gotha, Marx realiza uma análise bem mais profunda do que seja o Estado capitalista. No Capital, obra de sua maturidade, Marx reconhece a possibilidade da classe trabalhadora “obrigar” o Estado capitalista, o comitê burguês, a conceder-lhes determinados benefícios, em prejuízo da classe capitalista. Esse poder da classe trabalhadora de obrigar o Estado a beneficiá-la, devia-se ao fato dos trabalhadores revoltarem-se, provocando a possibilidade de uma ruptura da ordem estabelecida. Para evitar tal ruptura, o Estado realizava algumas concessões.

A redução da jornada de trabalho se constituiu em uma dessas concessões. Marx mostra também que, o fato de o Estado se colocar parcialmente contra a classe capitalista, não implica uma ruptura total, muito menos, que o capital fique encurralado. As alternativas são criadas pelo capital para manter a continuidade das condições de obtenção de lucro. A citação abaixo evidencia a percepção de Marx sobre tal situação.

Assim que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho, e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas (MARX, 1988:vol.II, p.31) (grifo nosso).

A citação acima mostra bem como o conflito de classes interfere e pressiona o Estado a atuar em prol da classe trabalhadora. Da mesma forma, tanto o conflito de classes como o Estado interferem diretamente na produção do espaço, tornando-o resultado das relações de produção social. Essas interferências implicam transformações constantes no espaço urbano e na economia que implicam mudanças societárias constantes.

## **O ESTADO, A DEMOCRACIA E A POLÍTICA PÚBLICA DE INTERVENÇÃO URBANA.**

A maior parte dos teóricos marxistas do século XX, segundo Gottdiener (1997, p.136) compreende “o papel do aparelho estatal... como um instrumento de política pública que administra a sociedade...”. Não se deve perder de vista que, na análise

<sup>3</sup> A ênfase sobre esse fundamento implicou no desenvolvimento do estruturalismo, nas suas mais diversas vertentes.

marxista, transpõe-se para a relação Estado-Espaço as funções tradicionais – acumulação e legitimação – do Estado capitalista. A concepção Marxista de Estado se relaciona diretamente com a de democracia que dissocia-se das formulações convencionais sobre o tema. O conceito de democracia em Marx confronta-se diretamente com os conceitos geralmente disseminados contemporaneamente nas sociedades capitalistas. O pressuposto fundamental em Marx é que a compreensão moderna da democracia deve ser abolida para que se possa que se restabeleça o significado verdadeiro da democracia. Ou seja, é necessário extinguir a pseudo-democracia "liberal" para implantar a verdadeira democracia proletária.

Semelhante a questão do Estado, Marx tinha se incumbido de realizar um estudo sobre a questão dos Partidos Políticos, o direito de sufrágio, e sobre a luta pela abolição do Estado e da sociedade civil. Esse estudo tornar-se-ia parte de uma publicação que se intitularia "Crítica da Política e Economia Política", alvo de um contrato de publicação com um editor alemão, mas que não foi possível cumprir e cujo contrato foi desfeito.

Dessa forma, as reminiscências sobre a democracia são encontradas nas diversas obras de Marx. Tais reminiscências sobre democracia e Estado implica em diversas vertentes teóricas que se generalizaram no século XX, da mesma forma que as análises sobre política urbana que em geral, traz subentendida as duas questões anteriores.

Nas análises sobre a política urbana, desenvolvidas por teóricos marxistas, durante o período do capitalismo intervencionista, há três aspectos importantes na intervenção do Estado. No primeiro, os subsídios e incentivos concedidos à indústria pelo Estado constituem-se, suporte keynesiano para a economia e fator regulador do crescimento econômico. Este primeiro aspecto assume importância fulcral nesse trabalho por se entender, similarmente a Harvey, ter sido prioritário pelo capital no século XX. O segundo aspecto refere-se ao fato de que “a posse de uma casa de moradia é visualizada como um meio pelo qual as reivindicações do trabalhador foram divididas em preocupações relativas ao trabalho e preocupações referentes à qualidade de vida, em que esta recebe a maior ênfase da parte do Estado.” (HARVEY *apud* GOTTDIENER, 1997, p. 137). O terceiro aspecto consiste na quebra da consciência de classe por parte de um grupo de trabalhadores devido à aquisição de uma propriedade, provocando uma aliança entre estes trabalhadores e os capitalistas contra os indivíduos que vivem do aluguel (GOTTDIENER, 1997).

As políticas urbanas implementadas pelo Estado capitalista, principalmente as de planejamento urbano voltadas para a infra-estrutura de suporte às empresas capitalistas, atenuam os problemas de acumulação de capital, segundo a concepção predominante no marxismo (GOTTDIENER, 1997). Também podem acentuar os problemas para a acumulação, pois muitas vezes o Estado Capitalista tem de fazer concessões às reivindicações e necessidades dos trabalhadores, visando a atenuar o potencial conflitivo dessa classe. Essas concessões, não podem ameaçar o processo de reprodução ampliada do capital, pois, se ameaçar ou obstaculizar, não serão concedidas e o Estado efetivará outras medidas que suprimam as reivindicações e necessidades dos trabalhadores. Dessa forma “a ação do Estado e do chamado

planejamento urbano deve ser visto em sua dimensão essencialmente política” (MORAES & COSTA, 1987, p.180).

MORAES & COSTA (1987) concordam com GOTTDIENER (1997) na concepção de que o papel do Estado capitalista na política e no planejamento urbano, enquanto política é essencialmente contraditório. É importante ressaltar que a relação existente entre o Estado e o espaço urbano apresenta uma unidade, cujo caráter é histórico e dialético, semelhante à relação existente entre a sociedade e o espaço. Nele (o espaço) e por ele as classes sociais e os grupos de poder se confrontam. O espaço é riqueza e, quanto mais bem estruturado e situado em meio ao aglomerado humano, maior é a magnitude dessa riqueza. Essa riqueza é fonte intensa de conflitos.

O planejamento urbano, como organização racional e socializada encontra para a sua efetivação três limites fundamentais. Esses limites são estabelecidos pelas relações de produção capitalista, ao provocarem, em conjunto com a indústria moderna, uma tendência crescente à aglomeração urbana (LOJKINE, 1981b). Esses três limites vinculam-se:

1. ao financiamento dos meios de comunicação e de consumo coletivos;
2. à concorrência anárquica entre os diferentes agentes que ocupam ou transformam o espaço urbano e
3. ao papel da renda fundiária no planejamento urbano (LOJKINE, 1981b).

A intervenção do Estado capitalista atua no curto prazo sobre esses limites. O Estado entra como financiador tanto dos meios de comunicação como do consumo coletivo, mas ao romper, no curto prazo, esse limite, atua de forma desigual, favorecendo principalmente os detentores do capital. Esse favorecimento gera benefícios de caráter monetário e político às classes capitalistas. Ao atuar no segundo limite, regulando a concorrência anárquica dos agentes que ocupam e/ou transformam o espaço urbano, o Estado resolve dificuldades imediatas que obstaculizam o desenvolvimento das condições gerais da produção. A atuação sobre o terceiro limite enfraquece os efeitos segregativos de vários mecanismos que consolidam a renda fundiária (LOJKINE, 1981b).

É importante ressaltar que as formas de intervenção do Estado capitalista seguem a reboque do padrão de acumulação capitalista vigente e, conseqüentemente, não podemos deduzir como uniforme a atuação do Estado capitalista no Espaço urbano. O Estado capitalista, enquanto variável complexa, constituindo instituições, cujos postos de direção, deliberação e execução são ocupados por pessoas de diversos segmentos sociais, levando-os a atuar de diversas formas, muitas vezes contraditoriamente aos interesses estatais ou da sociedade. Esse conflito de interesses é reflexo dos grupos de poder que o compõem, e dos compromissos que os atores, detentores dos postos de trabalho no Estado, possuem consigo mesmos, com seu segmento social ou sua classe. Entre o estágio clássico do capitalismo concorrencial e o capitalismo financeiro atual, passando pelo estágio do capitalismo monopolista, encontramos uma grande diversidade de atuação do Estado no espaço urbano.

A intervenção do Estado capitalista na conformação do espaço urbano-industrial não implica resultados totalmente esperados. Normalmente, os resultados esperados mais efetivos ocorrem quando a ação do Estado Capitalista visa a beneficiar as classes mais abastadas. No entanto, quando a ação tem como objetivo beneficiar a classe trabalhadora, encontra obstáculos significativos. Obstáculos esses erguidos pelas elites que de tudo fazem para “abocanhar” parte (ou tudo) dos benefícios concedidos via ação estatal (OLIVEIRA, 1990).

Muitas intervenções podem repercutir de forma inesperada para o Estado ou para seus beneficiários. E o inesperado deve-se em parte à ação político-econômica dos segmentos não contemplados ou contemplados parcialmente pela ação estatal. A ação estatal no espaço urbano-industrial apresenta, assim, grandes dificuldades de implementação. O planejamento urbano somente consegue elevado grau de eficiência, quando estabelece mais benefícios do que prejuízo aos envolvidos. O planejamento urbano, enquanto intervenção estatal, pode ser visto em três dimensões:

1. no esforço significativo “para amenizar os problemas ambientais da vida do trabalhador e do conflito de classes” (ROWEISS *apud* GOTTDIENER, 1997);
2. como “mecanismo funcional para controlar o conflito de classes nas cidades industrializadas” (GOTTDIENER, 1997, p. 138); e,
3. como “máscara ideológica que seduz a classe trabalhadora a acreditar que a intervenção do Estado no meio ambiente promove de fato a representação de seus interesses na sociedade, ...” (LEFÈBVRE *apud* GOTTDIENER, 1997, p 138).

Segundo GOTTDIENER (1997), a intervenção no espaço pelo Estado, através do planejamento urbano, é encapsulada dentro de contradições implicando muito mais uma exacerbação do que no alívio dos problemas gerados pelo capitalismo. Castells (1977; 1982; 2000) demonstra bem a mudança de ação do estado sobre o espaço urbano, via política públicas, detectando crises, fragilidades, avanços e retrocessos. O Harvey (1980; 1982) explicita as contradições entre o capital e o conflito de classes em meio ao ambiente construído nas democracias capitalistas, enfocando as políticas públicas como mediação da ação do estado sobre o espaço urbano. Tais enfoques possibilitam a constatação no capitalismo de diversas expressões da questão social que em geral se urbanizam.

O alívio de diversas expressões da questão social gerada pelo capitalismo somente ocorre com um planejamento urbano, resultado de um investimento estatal, que garanta aos trabalhadores, em especial os de menores rendimentos, uma ampliação da qualidade de vida, sejam pelas melhorias na moradia, como pelo acesso a equipamentos de consumo coletivo, aumento na renda etc. Mas isso é muito difícil, pois os capitalistas e os proprietários de terra refutam cotidianamente a possibilidade de redistribuição de renda e a possibilidade de apropriação fundiária sem o devido pagamento pela terra. Além disso, procuram manter sua presença em postos chaves das estruturas e instituições estatais, interferindo diretamente no planejamento urbano que venha a ser desenhado por tecnocratas não inteiramente comprometidos com a elite capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias marxistas que versam sobre o Estado capitalista, democracia e políticas públicas para o espaço urbano são recentes. Porém, já contribuem significativamente para o entendimento do processo de intervenção capitalista no espaço urbano. Essa intervenção historicamente apresenta resultados contraditórios. No discurso visa beneficiar a classe trabalhadora e na realidade beneficia as classes mais abastadas, incluindo os proprietários fundiários. Evidentemente, não beneficia apenas as classes mais abastadas, mas dependendo da ação da classe trabalhadora, essa é mais ou menos atendida sem seus pleitos. Marx já mostrava isso em citação mencionada nesse trabalho sobre a luta pela redução da jornada de trabalho.

Quanto ao planejamento urbano enquanto ação do estado capitalista, além de recente, encontra limites à sua implementação. Limites estabelecidos pelo capital, pelo próprio estado ou menos como resultado dos conflitos sociais, em especial os conflitos urbanos alavancados por movimentos sociais urbanos, que em geral são resultado do próprio crescimento das contradições urbanas. Esses limites são superados parcialmente e no curto prazo pela ação do Estado, seja consensual ou autoritária sobre os grupos sociais que sofrem a ação estatal. NO entanto, historicamente a ação do estado tem beneficiado mais os capitalistas e menos os trabalhadores.

Os estudos sobre a intervenção do Estado Capitalista no espaço urbano permitem retirar o véu, que, ideologicamente, esconde os reais impactos dessa intervenção sobre o espaço urbano e conseqüentemente sobre os trabalhadores.

Conhecer a natureza do Estado Capitalista e de sua intervenção no espaço urbano contribui para que as forças políticas dos movimentos urbanos e trabalhistas, contrárias ao contínuo benefício às classes mais favorecidas pelo Estado, cresçam e reforcem suas críticas a atuação desse estado burguês . Os estudiosos contemplados nesse trabalho elaboraram suas análises com base nas sociedades capitalistas desenvolvidas. As teorias desenvolvidas por esses autores, para essas sociedades, servem como ponto de partida para quem estuda sociedades capitalistas em desenvolvimento. Perceber as especificidades da intervenção do Estado Capitalista no espaço urbano das sociedades atrasadas se torna fundamental para a compreensão do papel do Estado no Desenvolvimento das mesmas.

Compreender como o Estado Capitalista intervém na produção do espaço urbano em sociedades em desenvolvimento permite que a sociedade civil organizada, principalmente os trabalhadores organizados, se contraponha aos projetos e programas estatais de desenvolvimento urbano. Além do mais, todo e qualquer estudo sobre espaços territoriais específicos devem se pautar inicialmente pelo conhecimento do Estado Capitalista existente e pelas suas formas de atuação. Entender o estado capitalista com um campo de batalha, na visão poulantziana contribuir para reforçar a ação dos movimentos urbanos em busca de espaço nesse estado, com o objetivo de favorecer as lutas das classes trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Revista Planejamento e Políticas Públicas* N.23, IPEA, Brasília jun. 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *O marxismo e o Estado*, Rio de Janeiro: Graal 1979.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo: Papirus, 1994.
- CASTELLS, M. Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas. In:
- POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977 .
- \_\_\_\_\_, A intervenção Administrativa nos Grandes Centros Urbanos. IN: *Espaço e Debates*, número 06, ano 02, São Paulo: Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_, *A Questão Urbana*, São Paulo: Paz e Terra,2000ª.
- ENGELS, Frederich. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. IN: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *Obras Escolhidas*. Vol. I, II e III. São Paulo: Alfa-Omega 1980.
- FARIAS, Flávio Bezerra. *O Estado Capitalista Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, série Questões da Nossa Época, n. 73, 2000
- GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 1996
- HARVEY, D. O trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído nas sociedades capitalistas avançadas. IN: *Espaço e Debates*, número 06, ano 02, São Paulo: Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_, *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_, *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEAL, Suely M. Ribeiro. A relação democracia, desenvolvimento local e descentralização Política no contexto da globalização. In. *Vivência*. Revista do CCHLA/UFRN, v. 10, n.1/2, Natal, jan./dez. 1996.
- LOJKINE, Jean. A análise marxista do Estado. IN: *Espaço e Debates*, número 01, ano 01, São Paulo, 1981a.

\_\_\_\_\_. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981b.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_, *O Capital, Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova cultural 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *Obras Escolhidas*. Vol. I, II e III. São Paulo: Alfa-Omega 1980.

MILIBAND, Ralph. *O Estado e a Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORAES, A. C. Robert e COSTA, W. Messias da. *Geografia Crítica: a valorização do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. IN. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul.1990.

POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_, *Estado, Poder e Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.